



## Prefeitura Municipal de Jurema

Praça Nossa Senhora Perpetuo Socorro, N° 11-Centro - Jurema – PI.  
CEP 64782-000 – Fone/Fax (89) 3591 0005  
CNPJ: 01.612.585/0001-63

LEI N° 64/2016, 08 DE AGOSTO DE 2016

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2017 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUREMA, ESTADO DO PIAUÍ.

Faço saber que a Câmara Municipal de Jurema (PI) aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

### CAPITULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º.** Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Jurema - PI, para o **Exercício Financeiro de 2017**, nos termos do Art. 165, § 2º da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município, da Lei n° 4.320/64, e nos termos da Lei Complementar Federal n° 101/2000, compreendendo:

1. As prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
2. As diretrizes gerais e específicas para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
3. A organização e estrutura dos orçamentos;
4. Disposições relativas à Dívida Municipal e a captação de recursos;
5. Disposições sobre o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social;
6. As disposições relativas as despesas com pessoal e encargos sociais;
7. As disposições sobre alterações tributárias do município e medidas para o incremento da receita, para o exercício correspondente;

No Orçamento o valor da Receita será igual ao valor da despesa, e integrara a essa Lei o Anexo I de metas Fiscais e o Anexo II de Riscos Fiscais, na forma do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

**Parágrafo Único** – As diretrizes aqui estabelecidas ajudarão na elaboração da Lei Orçamentária Anual do Município, relativa ao referido exercício financeiro.

### CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 2º.** As prioridades e metas da Administração municipal para o Exercício de 2017 serão fixadas em consonância com o Art. 4º da Lei Complementar 101/00, bem como em consonância com o Art. 165, § 2º, da Constituição Federal, em que são especificadas no Anexo I, que integra esta Lei, a serem detalhadas na programação orçamentária para o **Exercício Financeiro de 2017**:

- I. Austeridade na utilização dos recursos públicos;
- II. A prestação de serviços educacionais de qualidade;



## Prefeitura Municipal de Jurema

Praça Nossa Senhora Perpetuo Socorro, Nº 11-Centro - Jurema – PI.  
CEP 64782-000 – Fone/Fax (89) 3591 0005  
CNPJ: 01.612.585/0001-63

- III. A garantia de serviços de atenção e prevenção da Saúde e Saneamento Básico;
- IV. A promoção da cultura, esporte, lazer e turismo;
- V. A assistência à criança, ao adolescente, ao idoso e ao deficiente;
- VI. A geração de emprego e renda através de cursos que qualificam a mão de obra local e da garantia de crédito;
- VII. A habitação e o urbanismo – habitação popular e infraestrutura urbana e rural;
- VIII. A promoção da agricultura e do abastecimento;
- IX. Recuperação e preservação do meio ambiente;
- X. O planejamento das ações municipais com vistas à racionalização, eficiência, efetividade e eficácia.

**Parágrafo Único** - Na elaboração do Projeto de Lei do PPA (Plano Plurianual) e da Proposta Orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesas orçadas com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas, significando dizer que as metas estabelecidas não constituem limite à programação de despesa.

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES PARA O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

##### SEÇÃO I

##### DAS DIRETRIZES GERAIS

**Art. 3º.** A Lei Orçamentária Anual obedecerá à elaboração do Orçamento do Município de Jurema - PI relativo ao Exercício Financeiro de 2017, e as diretrizes gerais e específicas de que trata este capítulo, consubstanciadas no texto desta lei.

**Art. 4º.** Os valores da receita e da despesa serão orçados com base nos seguintes fatores:

1. Execução orçamentária dos últimos três exercícios (Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três exercícios anteriores);
2. Arrecadação efetiva dos últimos três exercícios, bem como o comportamento da arrecadação no primeiro quadrimestre de 2016, considerando-se, ainda, a tendência para os quadrimestres seguintes;
3. Alterações na legislação tributária (Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita);
4. Expansão ou economia nos serviços públicos realizados pela municipalidade;
5. Indicadores inflacionários e econômicos correntes e os previstos com base na análise da conjuntura econômica do país e da política fiscal do governo federal;
6. Metas de melhoria de gestão e diminuição de perdas de arrecadação a serem desenvolvidas;
7. Índice de participação do município na distribuição do ICMS, fixado para 2016 e, se estiver apurado, o provisório para 2017;
8. Projeção da taxa de crescimento econômico para o ano de 2017;

9. Outros fatores que possam influir significativamente no comportamento da arrecadação no ano de 2017, desde que devidamente embasados.

**Art. 5º.** A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2017 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da comunidade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

**Art. 6º.** A Lei Orçamentária Anual poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2014/2017, que tenha sido objeto de projetos de Leis específica.

**Art. 7º.** A elaboração da Proposta Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus fundos, autarquias e entidades da administração Direta e Indireta, assim como a execução obedecerá às diretrizes estabelecidas nesta Lei.

**Art. 8º.** As receitas serão estimadas e as despesas fixadas, tendo como base à execução orçamentária observada no período de janeiro a junho de 2016, observando-se:

- I. Os valores orçamentários na forma do disposto neste artigo poderão, ainda, ser corrigidos durante a execução orçamentária por critérios que vierem a ser estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.
- II. Os programas e projetos em fase de execução, desde que reavaliados à luz das prioridades estabelecidas nesta Lei, terão preferência sobre novos projetos.
- III. A Lei Orçamentária Anual observará, na estimativa da receita e na fixação de despesa, os efeitos econômicos decorrentes da ação governamental.
- IV. A manutenção de atividades existentes terá prioridade sobre as ações de expansão.
- V. Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital, depois de atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, o serviço da dívida e outras despesas com o custeio administrativo e operacional.
- VI. O Município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita proveniente de impostos e das transferências de recursos deles decorrentes na manutenção e desenvolvimento do ensino, em cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal, ficando asseguradas dotações orçamentárias próprias para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, na forma do Art. 60 da ADCT e da Lei nº 11.494 de 20 de Junho de 2007, esta última regulamentada pelos Decretos Federais nº 6.253 de 13/11/2007, 6.278 de 29/11/2007 e 6.571 de 17/09/2008.
- VII. A aplicação de no mínimo 15% (Quinze por cento) em ações e serviços públicos de saúde da Receita proveniente de Impostos e das Transferências de Recursos, cumprirá ao disposto na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.



## Prefeitura Municipal de Jurema

Praça Nossa Senhora Perpetuo Socorro, Nº 11-Centro - Jurema – PI.  
CEP 64782-000 – Fone/Fax (89) 3591 0005  
CNPJ: 01.612.585/0001-63

- VIII. Constará da Proposta Orçamentária o produto das operações de crédito autorizado pelo Legislativo, com destinação e vinculação a projeto específico.
- IX. Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos e observadas às metas programáticas setoriais constantes na presente Lei.
- X. Todas as despesas relativas à Dívida Pública Municipal constarão da Lei Orçamentária, compreendendo juros, amortizações e outros encargos.
- XI. Será estabelecido a Reserva de Contingência, em até 1%, cuja forma de utilização e montante, estará definida com base na Receita Corrente Líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Parágrafo Único:** Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada para sua finalidade, o saldo poderá ser utilizado para amparar a abertura de créditos adicionais por meio de Decreto do Poder Executivo, nos termos do Art. 40 e 41 da Lei Federal nº 4.320/64, sem onerar a margem de suplementação orçamentária por decreto a ser autorizada na Lei Orçamentária Anual, relativa ao Exercício de 2017.

**Art. 9º.** As despesas à conta de Investimentos em Regime de Execução Especial, somente serão permitidas para projetos ou atividades novas decorrente de calamidade pública declarada pelo Município, na forma do Art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

**Art. 10º.** Em cumprimento ao disposto na alínea “f” do inciso I do Art. 4º da Lei Complementar Federal – LRF nº 101, de 04 de maio de 2000;

Fica o Poder Executivo autorizado a:

§ 1º - Efetuar despesas de custeio de competência de outros entes da Federação, inclusive instituições Públicas vinculadas à União, ao Estado ou a outro Município, desde que compatíveis com os programas constantes da Lei Orçamentária Anual, mediante convênio, ajustes ou congêneres.

§ 2º - Nas realizações das ações de sua competência, o município poderá transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que compatíveis com os programas constantes da Lei Orçamentária Anual, mediante convênio, ajustes ou congêneres, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, a forma e os prazos para prestações de contas.

**Parágrafo Único.** As contrapartidas financeiras de convênios, acordos e/ou empréstimo, em qualquer caso serão estabelecidas de modo compatível com a capacidade do Município.

### **SEÇÃO II** **DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS**

**Art. 11.** O Orçamento Anual obedecerá à estrutura organizacional aprovada por Lei, compreendendo seus órgãos, fundos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Município.



## Prefeitura Municipal de Jurema

Praça Nossa Senhora Perpetuo Socorro, Nº 11-Centro - Jurema – PI.  
CEP 64782-000 – Fone/Fax (89) 3591 0005  
CNPJ: 01.612.585/0001-63

§ 1º. O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos e os grupos de despesa conforme a seguir discriminado:

- 1 - Pessoal e encargos sociais;
- 2 - Juros e encargos da dívida Interna;
- 3 - Outras despesas correntes;
- 4 - Investimentos;
- 5 - Inversões financeiras, nelas incluídas quaisquer despesas com constituição ou aumento de capital de empresas;
- 6 - Amortização da dívida.

§ 2º. A categoria de programação de que trata este artigo será identificada por projetos e atividades, tituladas individualmente e com indicação sucinta de metas que caracterizam o produto esperado da ação pública.

§ 3º. No Projeto de Lei Orçamentária Anual será atribuído a cada Projeto e Atividade, sem prejuízo das codificações funcionais programáticas adotadas num código numérico sequencial.

§ 4º. A modalidade de aplicação dos recursos será expressa através de códigos indicadores com a seguinte tipologia, podendo ser alterada para atender a conveniência da execução orçamentária:

- I. Transferências Intragovernamentais a Entidades não integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (15);
- II. Transferências à União (20);
- III. Transferências a Estados e ao Distrito Federal (30);
- IV. Transferências a Municípios (40);
- V. Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50);
- VI. Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos (60);
- VII. Aplicações Diretas - Administração Municipal (90).

§ 5º. Os empenhos orçamentários do Poder Executivo, fundações e autarquias seguirão uma ordem numérica sequencial anual. Vejamos o Exemplo do Empenho nº "105002".

- 1 - Significa que o Empenho é do mês de janeiro;
- 05 - Significa que a data do empenho é dia 05
- 002 - Significa o segundo empenho do dia.

**Art. 12** - As operações de crédito por antecipação da Receita, contratados pelo Município, serão totalmente liquidadas até o final do exercício em que forem contratadas.

**Art. 13** - A proposta orçamentária do Poder Legislativo será encaminhada ao Executivo até 31 de julho de 2016, para serem incluídos na proposta Orçamentária do Município.

**Parágrafo único** – Para efeito do disposto na Lei Orgânica do Município, ficam estipulados os limites para elaboração da proposta orçamentária do Legislativo:

- I. O total das despesas do Poder Legislativo Municipal, incluído os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 7% (sete por cento) do somatório da receita tributária e das transferências constitucionais



## **Prefeitura Municipal de Jurema**

Praça Nossa Senhora Perpetuo Socorro, Nº 11-Centro - Jurema – PI.  
CEP 64782-000 – Fone/Fax (89) 3591 0005  
CNPJ: 01.612.585/0001-63

efetivamente realizadas no exercício anterior, conforme Art. 29-A, inciso I da Constituição federal (E.C nº 58/2009).

- II. As despesas com pessoal incluindo gastos com subsídios dos vereadores deverão observar o disposto no Art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal (E.C nº 25/2000).

### **CAPÍTULO IV** **DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 14 - Acompanharão o Projeto de Lei Orçamentária Anual:**

- I. Demonstrativo das Receitas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, bem como do conjunto dos dois orçamentos, apresentado de forma sintética e agregada, evidenciando déficit ou superávit e o total de cada um dos orçamentos;
- II. Demonstrativo das Receitas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; bem como do conjunto dos dois orçamentos, segundo as categorias e subcategorias econômicas;
- III. Quadro-resumo das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, bem como do conjunto dos dois orçamentos;
  1. Por classificação institucional;
  2. Por função;
  3. Por subfunção;
  4. Por programa;
  5. Por grupo de despesa;
  6. Por modalidade de aplicação;
  7. Por elemento de despesa.
- IV. Demonstrativo dos recursos destinados à Manutenção do Ensino Fundamental, do Ensino Infantil e do Desenvolvimento do Ensino;
- V. Demonstrativo dos investimentos consolidados nos 03 (três) orçamentos do Município;
- VI. Demonstrativo da despesa por grupo de despesa e fonte de recursos identificando os valores em cada um dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em termo global e por órgãos;
- VII. As tabelas explicativas de que trata o art. 22, inciso III, letras A, B e C, sobre a evolução da Receita, letras D, E e F sobre a evolução da Despesa, conforme a Lei nº 4.320/64.

### **CAPÍTULO V** **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DIVÍDA MUNICIPAL**

**Art. 15 - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a ser incluída na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir programas de operações de crédito.**



## **Prefeitura Municipal de Jurema**

Praça Nossa Senhora Perpetuo Socorro, Nº 11-Centro - Jurema – PI.  
CEP 64782-000 – Fone/Fax (89) 3591 0005  
CNPJ: 01.612.585/0001-63

**Art. 16** - O Projeto de lei orçamentária poderá incluir na composição total da receita, recursos provenientes de operações de crédito, respeitadas os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

**Art. 17** - A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação da receita, desde que observado o disposto no Art. 38, da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 18** - As despesas com o serviço da dívida de Município deverão considerar apenas as operações contratadas e as propriedades estabelecidas, bem assim as autorizações concedidas, até a data do encaminhamento da proposta de Lei Orçamentária.

### **CAPITULO VI** **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE O ORÇAMENTO FISCAL** **E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**Art. 19** - O Orçamento Fiscal obedecerá obrigatoriamente aos princípios da unidade, universalidade e anualidade.

**Art. 20** - O Orçamento Fiscal do Município abrangerá todas as receitas e despesas do Poder Executivo, seus fundos, órgãos e entidades e bem assim do Poder Legislativo.

**Parágrafo Único** - Serão excluídos do Orçamento Fiscal os órgãos, fundos e entidades integrantes do Orçamento da Seguridade Social.

**Art. 21** - O Orçamento da Seguridade Social abrangerá as ações governamentais dos poderes, órgãos e fundos da Administração Direta, vinculadas a áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social e obedecerá ao definido na Lei dos Fundos de Saúde e Assistência Social e da Lei Orgânica do Município.

**Art. 22** - O orçamento de investimento previsto na Lei Orgânica do Município detalhará individualmente por categoria de programação e natureza da despesa as aplicações destinadas às Despesas de Capital, constantes da presente Lei.

**Art. 23** - Fica o Poder executivo autorizado a conceder abono aos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, nos termos dos Arts. 21 e 22 da Lei Federal nº 11.494/2007, observando as condições estipuladas no Art. 169, § 1º, incisos I e II da Constituição da República.

### **CAPÍTULO VII** **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM O PESSOAL** **E ENCARGOS SOCIAIS**



## Prefeitura Municipal de Jurema

Praça Nossa Senhora Perpetuo Socorro, Nº 11-Centro - Jurema – PI.  
CEP 64782-000 – Fone/Fax (89) 3591 0005  
CNPJ: 01.612.585/0001-63

**Art. 24** - As despesas com pessoal da Administração Direta e Indireta ficam limitadas a 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida; sendo 54% para o Poder Executivo e 6% para o Poder Legislativo, atendendo ao disposto no inciso III, §§ 1º e 2º do Art. 19 e inciso III, § 1º do Art. 20, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como ao disposto no Art. 182 da Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município.

§ 1º. A verificação dos cumprimentos dos limites estabelecidos nos supramencionados Arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000 será realizada ao final de cada semestre.

§ 2º. Entendem-se como Receita Corrente Líquida para efeitos de limites do presente artigo, o somatório das Receitas Correntes da Administração Direta e Indireta, excluídas as Receitas relativas à contribuição dos servidores para custeio do sistema de Previdência e Assistência Social, conforme inciso IV, letra c do art. 2º da Lei Complementar nº 101 de 04.05.2000.

§ 3º. O limite estabelecido para Despesas de Pessoal, de que trata este artigo, abrange os gastos da Administração Direta e Indireta, nas seguintes Despesas:

- I – Salários (vencimentos e vantagens fixas e variáveis);
- II – Obrigações patronais (encargos sociais);
- III – Proventos de aposentadorias, reformas e pensões;
- IV – Subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito;
- V – Subsídios dos Vereadores;
- VI – Outras Despesas de Pessoal.

§ 4º. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão, a qualquer título, pelo órgão ou entidades da Administração Direta, Autarquias e Fundações, só poderá ser feita se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas até o final do exercício e obedecerão ao limite do caput deste artigo.

§ 5º. Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”.

§ 6º. O pagamento de precatório judicial deverá obedecer aos preceitos e regras capituladas na Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2.009 e na Lei Municipal correspondente.

**Art. 25** - Fica autorizada a concessão de ajuda financeira a entidades sem fins lucrativos reconhecida de utilidade pública; às pessoas físico-carentes, mediante processo interno, nas áreas de educação, saúde e assistência social.

§ 1º. Os pagamentos serão efetuados após aprovação pelo Poder Executivo, dos Planos de Aplicação apresentados pelas entidades beneficiadas.

§ 2º. Os prazos para a prestação de contas serão fixados pelo Poder Executivo, dependendo do Plano de Aplicação, não podendo ultrapassar aos 30 (trinta) dias do encerramento do exercício.

§ 3º. Fica vedada a concessão de ajuda financeira às entidades que não prestarem contas dos recursos recebidos, assim como as que não tiverem as suas contas aprovadas pelo Executivo Municipal.



## **Prefeitura Municipal de Jurema**

Praça Nossa Senhora Perpetuo Socorro, Nº 11-Centro - Jurema – PI.  
CEP 64782-000 – Fone/Fax (89) 3591 0005  
CNPJ: 01.612.585/0001-63

### **SEÇÃO I**

#### **DAS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM O REPASSE PARA A CÂMARA**

**Art. 26** - A liberação de recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas às despesas do Poder Legislativo Municipais ocorrerá conforme o disposto na EC nº 58/2009.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo repassará ao Poder Legislativo, até o dia 20(vinte) de cada mês, 7% (sete por cento) de sua receita, relativa ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizada no exercício anterior, excluindo-se os valores de convênios, alienações de bens, fundo especial e operações de crédito, desde que aprovado por lei específica tornando este poder independente.

**Art. 27** - O Poder Executivo fica autorizado a descontar na parcela do repasse mensal do Duodécimo ao Poder Legislativo, os débitos previdenciários com INSS, não pagos pelo Legislativo até o seu vencimento e debitados em conta do FPM.

### **CAPÍTULO VIII**

#### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO.**

**Art. 28** - A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2017, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base tributária e conseqüentemente aumento das receitas próprias.

**Art. 29** - O Prefeito Municipal encaminhará à Câmara propostas de alterações na legislação tributária, verificada a necessidade ou conveniência administrativa, visando a:

1. Adequação das alíquotas dos tributos municipais;
2. Priorização dos tributos diretos;
3. Aplicação da justiça fiscal;
4. Atualização das taxas;
5. Reformulação dos procedimentos necessários a cobrança dos tributos municipais.

### **CAPÍTULO IX**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 30** - O Poder Executivo enviará até o dia 30 (trinta) de setembro de 2016, o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal, que apreciará até a última Sessão Legislativa do semestre, devolvendo-o a seguir para sanção.



## Prefeitura Municipal de Jurema

Praça Nossa Senhora Perpetuo Socorro, Nº 11-Centro - Jurema – PI.  
CEP 64782-000 – Fone/Fax (89) 3591 0005  
CNPJ: 01.612.585/0001-63

**Parágrafo Único.** Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado até 15 de dezembro de 2016, fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a adotar a Lei Orçamentária em vigor como proposta orçamentária, nos termos do Parágrafo Único do Art. 34 da Constituição Estadual.

**Art. 31** - Deverá ser utilizada a classificação orçamentária da despesa pública na forma da Portaria STN/SOF nº 05 de 20 de maio de 1999, que compõem todas as alterações que constituem o novo Ementário de Classificação das Despesas Públicas, e a Portaria MOG nº 42 de 14/04/99, que atualiza a discriminação por Função de governo, que tratam o inciso I, do § 1º, do art. 2º e, § 2º, do art., 8º, ambos da Lei 4.320/64, Portaria Interministerial nº 163 de 04/05/01 e Portaria MF nº 184 de 25/08/2008, que visa conduzir a contabilidade do setor público brasileiro aos padrões internacionais e ampliar a transparência sobre as contas públicas.

**Parágrafo Único** – Conforme o disposto na Portaria SOF/SEPLAN nº 42, de 14 de abril de 1999, os Programas serão identificados, mediante a criação de codificação com 04 dígitos de numeração sequencial.

**Art. 32** - A Lei Orçamentária será sancionada até 31 de dezembro de 2016, acompanhada do Quadro de Detalhamento de Despesa – Q.D.D., especificando por órgão, os projetos e atividades, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos com valores devidamente atualizados.

**§ 1º** - As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão os Quadros de Detalhamento de Despesas, observados os limites fixados na Lei Orçamentária.

**I** - Os Projetos de Lei Orçamentários Anuais e de Créditos Adicionais, bem como suas propostas de modificações referidas na Lei Orgânica do Município, serão apresentadas com a forma e o detalhamento de despesas estabelecidas nesta Lei.

**II** - Os Decretos de Abertura de Créditos Suplementares autorizados na Lei Orçamentária Anual serão acompanhados, na sua publicação, da especificação das dotações neles contidos e das fontes de recursos que os atenderão.

**§ 2º** - Fica autorizada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, de uma Fonte de Aplicação para outra ou de um órgão para outro, bem como de Fonte de Origem para outra.

**Art. 33** - Efetuar com estrita observância a emissão de relatórios e demonstrativos em cumprimento de prazos, limites de aplicação de recursos de conformidade com as disposições do Art. 63 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

**Art. 34** - Em cumprimento ao disposto na alínea “e” do inciso I do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF nº 101/2000, a alocação dos recursos da Lei Orçamentária será feita de forma a propiciar o controle de custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas do Governo Municipal.

**Parágrafo Único** – A avaliação dos resultados obtidos em cada Órgão, dos programas financiados com recursos Orçamentários que integram a execução do Orçamento, conforme



## Prefeitura Municipal de Jurema

Praça Nossa Senhora Perpetuo Socorro, Nº 11-Centro - Jurema – PI.  
CEP 64782-000 – Fone/Fax (89) 3591 0005  
CNPJ: 01.612.585/0001-63

dispõe o Art. 4ª, I, alínea “a” da LRF, deverá ser procedida pelo Poder Executivo em cada bimestre, ficando a unidade do Controle Interno responsável pela apreciação dos relatórios, adotando as medidas para o cumprimento das metas bimestrais, que acompanhará a evolução dos resultados primário e nominal, durante o Exercício Financeiro de 2017.

**Art. 35** - Fica o Poder Executivo e o Poder Legislativo autorizado a realizar concurso público para preenchimento de vagas e cargo no âmbito da administração municipal, desde que não venham a ultrapassar o limite prudencial dos Gastos com Pessoal, elencados no Art. 24 da presente Lei.

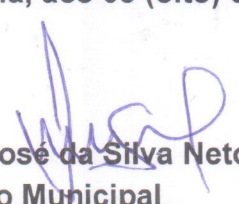
**Art. 36** - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras e oficiais de fomento.

**Art. 37** - Caso seja necessário à limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, em conformidade com alínea “b” inciso 1 do Artigo 4º da LRF nº 101, de 04/05/2000, para atingir as metas fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei orçamentária, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de “outras despesas correntes inversões financeiras” de cada poder, aos trinta dias subsequentes.

**Art. 38** - Caso o Projeto da Lei Orçamentária de 2017 não seja aprovado e sancionado até 31 de dezembro de 2016, a programação dele constante poderá ser executado até a edição da respectiva Lei orçamentária na forma originalmente encaminhada a Câmara Legislativa, excetuados os investimentos em novos projetos custeados exclusivamente com recursos ordinários do Tesouro Municipal.

**Art. 39** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jurema, aos 08 (oito) dias de agosto de 2016.

  
Francisco José da Silva Neto  
Prefeito Municipal



## **Prefeitura Municipal de Jurema**

Praça Nossa Senhora Perpetuo Socorro, Nº 11-Centro - Jurema - PI.  
CEP 64782-000 – Fone/Fax (89) 3591 0005  
CNPJ: 01.612.585/0001-63

### **ANEXO I - METAS E PRIORIDADES A LEI Nº. 64 DE 08 DE AGOSTO DE 2.016.**

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, estabelece, em seu artigo 4º, que integrará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO o Anexo de Metas Fiscais. Em cumprimento a essa determinação legal, o referido Anexo inclui os seguintes demonstrativos:

#### **DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS GOVERNAMENTAIS**

---

##### **UNIDADE EXECUTORA: 01.01 – CÂMARA MUNICIPAL**

**OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER LEGISLATIVO.**

---

##### **AÇÕES:**

1. Ampliação e reforma do prédio da Câmara Municipal.
2. Manutenção da Câmara Municipal.
3. Encargos com AVEP/IBAM.
4. Manutenção das atividades meio do legislativo;

---

##### **UNIDADE EXECUTORA: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

**OBJETIVO – PROMOVER A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

---

##### **AÇÕES:**

1. Manter e Equipar o Gabinete do Prefeito.
2. Aquisição de veículo para o Gabinete do Prefeito.
3. Encargos com Entidades de assistência à Municípios.
4. Publicidade e campanhas institucionais.

---

##### **UNIDADE EXECUTORA: 02.03 – SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

**OBJETIVO – GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, PATIM/ONIO E ATRIBUIÇÕES LEGALMENTE PREVISTA**

---

##### **AÇÕES:**

1. Manter e Equipar o Departamento de Administração Geral.
2. Contribuições ao PASEP.
3. Manter atualizado os encargos Previdenciários – JUREMAPREV e Regime Geral.
4. Manutenção do sistema de retransmissão de sinal de TV.
5. Treinamento e qualificação de funcionários da administração.
6. Atualização e modernização do sistema de controle patrimonial.



## **Prefeitura Municipal de Jurema**

Praça Nossa Senhora Perpetuo Socorro, Nº 11-Centro - Jurema – PI.  
CEP 64782-000 – Fone/Fax (89) 3591 0005  
CNPJ: 01.612.585/0001-63

7. Atualização e modernização do cadastro imobiliário.
8. Aquisição de imóveis para a Administração Pública.

---

**UNIDADE EXECUTORA: 02.04– SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E FUNDO DE VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – FUNDEB.**

**OBJETIVO – PROPORCIONAR UMA EDUCAÇÃO PUBLICA DE QUALIDADE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.**

---

### **AÇÕES:**

1. Manter e equipar a Secretaria Municipal de Educação.
2. Ampliação e melhoria da rede física do Ensino Fundamental.
3. Aquisição de veículo para os serviços de educação.
4. Construção de quadras de esportes em escolas do município.
5. Construção e ampliação de creches.
6. Administração do sistema municipal de ensino.
7. Manutenção e melhoria do ensino Fundamental.
8. Manutenção do programa de Alimentação Escolar.
9. Implementação do Programa Brasil Alfabetizado.
10. Fortalecimento dos programas de alfabetização de Jovens e adultos.
11. Manutenção do transporte escolar.
12. Ações financiadas com recursos do QSE.
13. Manutenção do PDDE.
14. Encargos com educação infantil.
15. Programa Brasil Carinhoso.
16. Programa Projovem Campo-Saberes da Terra.
17. Promoção e apoio a atividades culturais.
18. Proteção do patrimônio histórico e cultural.
19. Promoção de ações voltadas a valorização do Patrimônio cultural.
20. Prog. Ap. Sist. Ensino para atender educação Jovens e Adultos – Magistério.
21. Manutenção e melhoria do Ensino Fundamental – Magistério.
22. Manutenção e melhoria do Ensino infantil – Magistério.
23. Manutenção e melhoria do Ensino Fundamental – outras despesas.



## **Prefeitura Municipal de Jurema**

Praça Nossa Senhora Perpetuo Socorro, Nº 11-Centro - Jurema – PI.  
CEP 64782-000 – Fone/Fax (89) 3591 0005  
CNPJ: 01.612.585/0001-63

24. Prog. Ap. Sist. Ensino para atender educação Jovens e Adultos – outras despesas.

25. Manutenção e melhoria do Ensino infantil – outras despesas.

---

### **UNIDADE EXECUTORA: 02.05– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.**

**OBJETIVO – ASSEGURAR A POPULAÇÃO O ACESSO AO ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR PROFISSIONAIS QUALIFICADOS E EQUIPAMENTO DE QUALIDADE.**

---

#### **AÇÕES:**

1. Manter e equipar a Secretaria Municipal de Saúde.
2. Construção, reforma ou ampliar Unidades de Saúde.
3. Aquisição e manutenção de veículo para serviços de saúde.
4. Programa Saúde da Família.
5. Programa de Incentivo a Saúde Bucal.
6. Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS.
7. Programa de Assistência Farmacêutica Básica.
8. Ações estruturantes de Vigilância Sanitária.
9. Ampliação da rede de atenção à saúde.
10. Programa de Melhoria de Acesso a Qualidade – PMAQ.
11. Ações financiadas com recursos do PAB-FIXO.
12. Implementação das Ações do Programa Saúde na Escola – PSE.
13. Núcleo de Apoio a Saúde da família – NASF.
14. Prevenção e cuidados com a saúde das pessoas com deficiência.
15. Promover participação e controle social na saúde.
16. Aquisição de Equipamentos para a rede de Saúde.
17. Construção e Restauração de Postos de Saúde.
18. Manter as atividades do Conselho e do Fundo Municipal de Saúde.
19. Aquisição de equipamentos médicos, odontológicos e hospitalares.

---

### **UNIDADE EXECUTORA: 02.06– FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

**OBJETIVO – PROPORCIONAR O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

---



## **Prefeitura Municipal de Jurema**

Praça Nossa Senhora Perpetuo Socorro, Nº 11-Centro - Jurema – PI.  
CEP 64782-000 – Fone/Fax (89) 3591 0005  
CNPJ: 01.612.585/0001-63

### **AÇÕES:**

1. Manter e equipar a Secretaria Municipal de Assistência Social.
2. Construção de prédio para o CRAS.
3. Programa de assistência ao idoso.
4. Manutenção do Conselho Tutelar.
5. Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.
6. Gestão municipal do Bolsa Família – IGD/PBF.
7. Programa de Proteção Social Básica a Famílias – PBF/CRAS.
8. Assistência a pessoas carentes.
9. Gestão do Bolsa Família – IGD-SUAS.
10. Fortalecer as ações de políticas sociais do município.
11. Aquisição de equipamentos e material permanente para o FMAS.
12. Desenvolver programas de assistência e atendimento a população de baixa renda fortalecendo as atividades desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social.
13. Ações de desenvolvimento comunitário e de geração de emprego e renda.
14. Atenção especializada à população vulnerável.
15. Qualificação profissional de cidadãos de baixa renda.

---

### **UNIDADE EXECUTORA: 02.07– SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL**

**OBJETIVO – PROPORCIONAR ASSISTENCIA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.**

---

### **AÇÕES:**

1. Manter e equipar a Secretaria Municipal de Defesa Civil;
2. Mapeamento de áreas de riscos;
3. Ações de defesa civil preventiva de desastres;
4. Assistência a vítimas de situação de calamidade.

---

### **UNIDADE EXECUTORA: 02.08– HOSPITAL MUNICIPAL MÃE MARIA.**

**OBJETIVO – ASSEGURAR A POPULAÇÃO O ACESSO AO ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR PROFISSIONAIS QUALIFICADOS E EQUIPAMENTO DE QUALIDADE.**

---



## **Prefeitura Municipal de Jurema**

Praça Nossa Senhora Perpetuo Socorro, Nº 11-Centro - Jurema - PI.  
CEP 64782-000 – Fone/Fax (89) 3591 0005  
CNPJ: 01.612.585/0001-63

### **AÇÕES:**

1. Manter e equipar Hospital Municipal.

---

### **UNIDADE EXECUTORA: 02.09– SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.**

**OBJETIVO – GERENCIAR ATIVIDADES DE ARRECADAÇÃO E EXECUÇÃO DE DESPESAS.**

---

### **AÇÕES:**

1. Manter e equipar a Secretaria Municipal de Finanças.
2. Modernização da Administração tributária.
3. Encargos com a Dívida Pública.

---

### **UNIDADE EXECUTORA: 02.10– SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.**

**OBJETIVO – MANTER E AMPLIAR AS ATIVIDADES PRODUTIVAS E DE ABASTECIMENTO NO MUNICÍPIO.**

---

### **AÇÕES:**

1. Manter e equipar a Secretaria Municipal de Agricultura.
2. Promover a reforma do mercado público municipal.
3. Proporcionar apoio ao pequeno produtor rural.
4. Manutenção de Mercados e feiras.
5. Promover a ampliação e manutenção do sistema de abastecimento d'água.
6. Projetos e incentivo a produção e abastecimento.

---

### **UNIDADE EXECUTORA: 02.11– SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA.**

**OBJETIVO – ATENDER A POPULAÇÃO COM OBRAS E SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA.**

---

### **AÇÕES:**

1. Manter e equipar a Secretaria Municipal de Infraestrutura.
2. Ampliação da rede de energia elétrica Rural e Urbana.
3. Construção e manutenção de calçamento de ruas e avenidas.
4. Construção e remodelação de praças públicas.
5. Construção e Restauração de Estradas Vicinais.



## **Prefeitura Municipal de Jurema**

Praça Nossa Senhora Perpetuo Socorro, Nº 11-Centro - Jurema – PI.  
CEP 64782-000 – Fone/Fax (89) 3591 0005  
CNPJ: 01.612.585/0001-63

6. Aquisição e manutenção de equipamentos para o serviço de limpeza pública.
7. Manutenção da Iluminação Pública.
8. Manter, equipar e desenvolver o setor de serviços urbanos.
9. Construção e restauração de prédios públicos.
10. Reforma e manutenção de cemitério público municipal.

---

**UNIDADE EXECUTORA: 02.12– SECRETARIA MUN. DA JUVENTUDE , ESPORTE E LAZER.**

**OBJETIVO – ATENDER AS NECESSIDADES DA JUVENTUDE VISANDO A PRÁTICA DE ESPORTES E LAZER.**

---

**AÇÕES:**

1. Manter e equipar a Secretaria Municipal da Juventude, esporte e lazer.
2. Construção de Quadras de Esportes.
3. Construção de Ginásio Poliesportivo.
4. Construção de Estádio de Futebol.
5. Promoção de competições esportivas
6. Desenvolver o desporto amador, através de promoções, patrocínios e outras atividades que possam beneficiar a prática de esportes na comunidade estudantil e de um modo geral nos jovens e adultos do Município, como forma de lazer.
7. Promover campanhas de prevenção e conscientização.

---

**UNIDADE EXECUTORA: 02.13– SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE.**

**OBJETIVO –MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES AMBIENTAIS**

---

**AÇÕES:**

1. Manter e equipar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
2. Instalação de pequenas adutoras.
3. Construção de aterro sanitário.
4. Construção de barragens.
5. Instalação de poços tubulares.
6. Serviço de educação
7. Serviço de Educação, controle e proteção ambiental.
8. Manutenção do Sistema de Abastecimento d'água.



## **Prefeitura Municipal de Jurema**

Praça Nossa Senhora Perpetuo Socorro, Nº 11-Centro - Jurema - PI.  
CEP 64782-000 – Fone/Fax (89) 3591 0005  
CNPJ: 01.612.585/0001-63

---

**UNIDADE EXECUTORA: 02.14– CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO.**

**OBJETIVO –DESENVOLVER AÇÕES PARA A CONTROLADORIA GERAL.**

---

**AÇÕES:**

1. Manter e equipar a Controladoria Geral do Município.

---

**UNIDADE EXECUTORA: 02.15– FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE JUREMA – JUREMAPREV.**

**OBJETIVO – GERIR COM TRANSPARÊNCIA OS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS.**

---

**AÇÕES:**

1. Serviços administrativos do RPPS.
2. Benefícios Previdenciários.
3. Reserva do RPPS.

---

**UNIDADE EXECUTORA: 02.16– SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

**OBJETIVO – ATENDER A POPULAÇÃO COM DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CULTURAIS.**

---

**AÇÕES:**

1. Manter e equipar a Secretaria Municipal de Cultura.
2. Promoção e apoio a atividades culturais.
3. Proteção do patrimônio histórico e cultural.

**LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS Nº. 064/2016 DE 08 DE AGOSTO DE 2016**  
**ANEXO II - METAS FISCAIS**  
**METAS ANUAIS**  
**2017**

AMF - DEMI (LRF, art. 4º, § 1º) - Portaria STN nº 407/2011 e Resolução TCE-PI 09/2014.

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	Valor Corrente (A)	Valor Constante	% PIB (A/PIB)x100	Valor Corrente (B)	Valor Constante	% PIB (B/PIB)x100	Valor Corrente (C)	Valor Constante	% PIB (C/PIB)x100
RECEITA TOTAL	17.896.029,05	16.979.154,70	0,0512%	18.790.830,50	16.979.154,70	0,0502%	19.730.372,03	16.109.056,19	0,0502%
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	17.666.629,05	16.761.507,64	0,0505%	18.549.960,50	16.761.507,64	0,0496%	19.477.458,53	15.902.562,48	0,0496%
DESPESAS TOTAL	17.896.029,05	16.979.154,70	0,0512%	18.790.830,50	16.979.154,70	0,0502%	19.730.372,03	16.109.056,19	0,0502%
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	17.737.529,05	16.828.775,19	0,0508%	18.624.405,50	16.828.775,19	0,0498%	19.555.625,78	15.966.382,90	0,0498%
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	(70.900,00)	(67.267,55)	-0,0002%	(74.445,00)	(67.267,55)	-0,0002%	(78.167,25)	(63.820,42)	-0,0002%
RESULTADO NOMINAL	113.500,00	107.685,01	0,0003%	119.175,00	107.685,01	0,0003%	125.133,75	102.166,68	0,0003%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	143.500,00	136.148,01	0,0004%	150.675,00	136.148,01	0,0004%	158.208,75	129.171,09	0,0004%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	-

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SETOR CONTÁBIL

**FRANCISCO JOSÉ DA SILVA NETO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



**Prefeitura Municipal de Jurema**

Praça Nossa Senhora Perpetuo Socorro, Nº 11-Centro - Jurema - PI.  
 CEP 64782-000 - Fone/Fax (89) 3591 0005  
 CNPJ: 01.612.585/0001-63

**LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS Nº. 064/2016 DE 08 DE AGOSTO DE 2016**  
**ANEXO II - METAS FISCAIS**  
**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
**2017**

AMF - DEM II (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I) - Portaria STN Nº 407 /2011 e Resolução TCE-PI 09/2014.

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2015 (A)	% PIB	Metas Realizadas em 2015	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
RECEITA TOTAL	20.796.941,42	0,0676	13.538.393,23	0,0440	(7.258.548,19)	-34,902%
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	20.733.241,42	0,0674	13.151.278,95	0,0427	(7.581.962,47)	-36,569%
DESPESAS TOTAL	20.796.941,42	0,0676	14.477.726,00	0,0470	(6.319.215,42)	-30,385%
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	20.591.941,42	0,0669	14.405.004,47	0,0468	(6.186.936,95)	-30,045%
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	141.300,00	0,0005	(1.253.725,52)	(0,004)	(1.395.025,52)	-987,279%
RESULTADO NOMINAL	150.000,00	0,0005	(917.979,86)	(0,003)	(1.067.979,86)	-711,987%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	120.000,00	0,0004	72.592,91	0,0002	(47.407,09)	-39,506%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-	-	-	-	-	#DIV/0!

FRANCISCO JOSÉ DA SILVA NETO

FRANCISCO JOSÉ DA SILVA NETO  
 PREFEITO MUNICIPAL

**LEIDAS DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS Nº. 064/2016 DE 08 DE AGOSTO DE 2016**  
**ANEXO II - METAS FISCAIS**  
**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
**2017**

AMF - DEM III (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II) - Portaria STN Nº 407 / 2011 e Resolução TCE-PI 09/2014.

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	
RECEITA TOTAL	17.264.600,00	20.796.941,42	20,46%	17.365.598,26	-16,50%	17.896.029,05	3,05%	18.790.830,50	5,00%	19.730.372,03	5,00%	
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	17.207.000,00	20.733.241,42	20,49%	17.301.898,26	-16,55%	17.666.629,05	2,11%	18.549.960,50	5,00%	19.477.458,53	5,00%	
DESPESAS TOTAL	17.264.600,00	20.796.941,42	20,46%	17.365.598,26	-16,50%	17.896.029,05	3,05%	18.790.830,50	5,00%	19.730.372,03	5,00%	
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	17.126.600,00	20.591.941,42	20,23%	17.190.598,26	-16,52%	17.737.529,05	3,18%	18.624.405,50	5,00%	19.555.625,78	5,00%	
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	80.400,00	141.300,00	75,75%	111.300,00	-21,23%	(70.900,00)	-163,70%	(74.445,00)	5,00%	(78.167,25)	5,00%	
RESULTADO NOMINAL	100.000,00	150.000,00	50,00%	120.000,00	-20,00%	113.500,00	-5,42%	119.175,00	5,00%	125.133,75	5,00%	
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	120.000,00	120.000,00	0,00%	150.000,00	25,00%	143.500,00	-4,33%	150.675,00	5,00%	158.208,75	5,00%	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	
RECEITA TOTAL	16.233.756,46	17.669.448,95	8,84%	12.977.803,05	-26,55%	16.979.154,70	30,83%	16.979.154,70	0,00%	16.109.056,19	-5,12%	
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	16.179.595,67	17.615.328,31	8,87%	12.930.198,24	-26,60%	16.761.507,64	29,63%	16.761.507,64	0,00%	15.902.562,48	-5,12%	
DESPESAS TOTAL	16.233.756,46	17.669.448,95	8,84%	12.977.803,05	-26,55%	16.979.154,70	30,83%	16.979.154,70	0,00%	16.109.056,19	-5,12%	
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	16.103.996,24	17.495.277,33	8,64%	12.847.020,60	-26,57%	16.828.775,19	30,99%	16.828.775,19	0,00%	15.966.382,90	-5,12%	
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	75.599,44	120.050,98	58,80%	83.177,64	-30,71%	(67.267,55)	-180,87%	(67.267,55)	0,00%	(63.820,42)	-5,12%	
RESULTADO NOMINAL	94.029,15	127.442,65	35,54%	89.679,40	-29,63%	107.685,01	20,08%	107.685,01	0,00%	102.166,68	-5,12%	
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	112.834,98	101.954,12	-9,64%	112.099,25	9,95%	136.148,01	21,45%	136.148,01	0,00%	129.171,09	-5,12%	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	

FONTE: LOA 2013, 2014, 2015, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SETOR CONTÁBIL

**FRANCISCO JOSÉ DA SILVA NETO**  
PREFEITO MUNICIPAL



**Prefeitura Municipal de Jurema**

Praça Nossa Senhora Perpetuo Socorro, Nº 11-Centro - Jurema - PI.  
 CEP 64782-000 - Fone/Fax (89) 3591 0005  
 CNPJ: 01.612.585/0001-63

**LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS Nº. 064/2016 DE 08 DE AGOSTO DE 2016**  
**ANEXO II - METAS FISCAIS**  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**2017**

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III) Portaria STN Nº 407 / 2011 e Resolução TCE-PI 09/2014. R\$ 1,00

	2015	%	2014	%	2013	%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
PATRIMÔNIO/CAPITAL	-	0,000%	-	0%	-	0%
RESERVAS	-	0,000%	-	0%	-	0%
RESULTADO ACUMULADO	16.137.788,77	100,000%	13.508.936,59	100%	9.076.000,00	100%
<b>TOTAL</b>	<b>16.137.788,77</b>	<b>100,000%</b>	<b>13.508.936,59</b>	<b>100,000%</b>	<b>9.076.000,00</b>	<b>100,000%</b>
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>						
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
PATRIMÔNIO	2015	%	2014	%	2013	%
RESERVAS	-	0,000%	-	0,000%	-	0,000%
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	2.628.852,18	100,000%	1.146.642,03	100,000%	1.081.000,00	100,000%
<b>TOTAL</b>	<b>2.628.852,18</b>	<b>100,000%</b>	<b>1.146.642,03</b>	<b>100,000%</b>	<b>1.081.000,00</b>	<b>100,000%</b>

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SETOR CONTÁBIL.

**FRANCISCO JOSÉ DA SILVA NETO**  
 PREFEITO MUNICIPAL



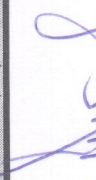
**Prefeitura Municipal de Jurema**  
 Praça Nossa Senhora Perpetuo Socorro, Nº 11-Centro - Jurema - PI.  
 CEP 64782-000 - Fone/Fax (89) 3591 0005  
 CNPJ: 01.612.585/0001-63

**LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS Nº. 064/2016 DE 08 DE AGOSTO DE 2016**  
**ANEXO II - METAS FISCAIS**  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
**2017**

AMF - Demonstrativo V (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III) Portaria STN Nº 407 / 2011 e Resolução TCE-PI 09/2014. R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2015 (a)	2014 (b)	2013 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	R\$ 51.240,00	R\$ -	R\$ -
Alienação de Bens Móveis	R\$ 51.240,00	R\$ -	R\$ -
Alienação de Bens Imóveis	R\$ 0,00	R\$ -	R\$ -
<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>	<b>2015 (d)</b>	<b>2014 (e)</b>	<b>2013 (f)</b>
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	R\$ 51.240,00	R\$ -	R\$ -
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 51.240,00	R\$ -	R\$ -
Investimentos	R\$ 51.240,00	R\$ -	R\$ -
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ -	R\$ -
Amortização da Dívida	R\$ 0,00	R\$ -	R\$ -
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	R\$ 0,00	R\$ -	R\$ -
Regime Geral de Previdência Social	R\$ 0,00	R\$ -	R\$ -
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	R\$ 0,00	R\$ -	R\$ -
<b>SALDO FINANCEIRO</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>VALOR (III)</b>	<b>(g)=(Ia-IId)+IIIh</b>	<b>(h)=-((Ib-Ile)+IIIi)</b>	<b>(i)=(Ic-IIIf)</b>
	R\$ 0,00	R\$ -	R\$ -

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS, SETOR CONTÁBIL.

  
**FRANCISCO JOSÉ DA SILVA NETO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



**Prefeitura Municipal de Jurema**  
Praça Nossa Senhora Perpetuo Socorro, Nº 11-Centro - Jurema - PI.  
CEP 64782-000 - Fone/Fax (89) 3591 0005  
CNPJ: 01.612.585/0001-63

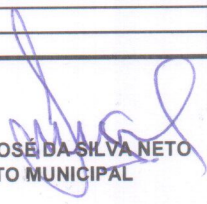
**LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS Nº. 064/2016 DE 08 DE AGOSTO DE 2016**  
**ANEXO II - METAS FISCAIS**  
**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**2017**

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a") Portaria STN Nº 407 / 2011 e Resolução TCE-PI 09/2014.

R\$ 1,00

RECEITAS	2013	2014	2015
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS ( I )</b>	377.161,00	436.233,45	393.878,21
RECEITAS CORRENTES	377.161,00	436.233,45	393.878,21
RECEITAS DE CAPITAL			
( - ) DEDUÇÕES DA RECEITA			
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) ( II )</b>	177.964,00	173.636,51	48.864,91
RECEITAS CORRENTES	177.964,00	173.636,51	48.864,91
RECEITAS DE CAPITAL			
( - ) DEDUÇÕES DA RECEITA			
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = ( I + II )</b>	555.125,00	609.869,96	442.743,12
DESPESAS	2013	2014	2015
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IV)</b>	141.285,00	226.053,50	141.633,25
ADMINISTRAÇÃO	-	47.926,48	54.271,65
PREVIDÊNCIA	141.285,00	178.127,02	87.361,60
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA ORÇAMENTÁRIAS) (V)</b>	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO			
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)</b>	141.285,00	226.053,50	141.633,25
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	413.840,00	383.816,46	301.109,87
<b>DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO RPPS</b>	1.150.142,00	1.490.574,39	1.704.225,19
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2013	2014	2015
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			
Plano Financeiro			
Plano Previdenciário			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

  
FRANCISCO JOSÉ DA SILVA NETO  
PREFEITO MUNICIPAL



**Prefeitura Municipal de Jurema**  
Praça Nossa Senhora Perpetuo Socorro, Nº 11-Centro - Jurema - PI.  
CEP 64782-000 - Fone/Fax (89) 3591 0005  
CNPJ: 01.612.585/0001-63

**LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS Nº. 064/2016 DE 08 DE AGOSTO DE 2016**  
**ANEXO II - METAS FISCAIS**  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
**2017**

AMF - Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, §2º, inciso V) Portaria STN Nº 407 / 2011 e Resolução TCE-PI 09/2014. R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES / PROGRAMAS / BENEFICIÁRIOS	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA		COMPENSAÇÃO
			2017	2018	
Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos	Anistia	NÃO HOUVE			
ISSQN	Remissão	NÃO HOUVE			
ISSQN	Isenção	NÃO HOUVE			
<b>TOTAL</b>			R\$ -	R\$ -	R\$ -

**FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

*(Assinatura)*  
**FRANCISCO JOSÉ DA SILVA NETO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



**Prefeitura Municipal de Jurema**  
Praça Nossa Senhora Perpetuo Socorro, Nº 11-Centro - Jurema - PI.  
CEP 64782-000 – Fone/Fax (89) 3591 0005  
CNPJ: 01.612.585/0001-63

**LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS Nº. 064/2016 DE 08 DE AGOSTO DE 2016**  
**ANEXO II - METAS FISCAIS**  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
**2017**

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art 4º, § 2º, inciso V) Portaria STN Nº 407 / 2011 e Resolução TCE-PI 09/2014. R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2017
Aumento Permanente da Receita	R\$ (95.000,00)
(-) Transferências Constitucionais	R\$ -
(-) Transferências ao Fundeb	R\$ 25.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	R\$ (120.000,00)
Redução Permanente de Despesa (II)	R\$ (4.750,00)
Margem Bruta (III)=(I+II)	R\$ (124.750,00)
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	R\$ -
Novas DOCC	R\$ -
Novas DOCC geradas por PPP	R\$ -
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III-IV)	R\$ (124.750,00)

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SETOR CONTABIL

  
**FRANCISCO JOSÉ DA SILVA-NETO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUREMA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS Nº 064/2016 DE 08 DE AGOSTO DE**  
**2017**  
**ANEXO III - RISCOS FISCAIS - 2017**

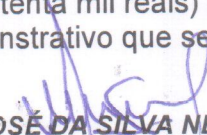
**(Art. 4º § 3º da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000)**

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabeleceu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, com a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas quando da elaboração do orçamento anual.

Riscos Fiscais são as possibilidades de ocorrência de eventos, que por incertos, podem causar impacto negativo nas receitas públicas e são classificadas em dois grupos:

- a) Os Riscos Orçamentários – referem-se à frustração de arrecadação, a restituição de tributos não previsto ou previsto a menor, a diminuição da atividade econômica e situação de calamidade pública, dentre outras.
- b) Riscos de Gestão da Dívida – referem-se às ocorrências externas à administração, tais como variação da taxa de câmbio de juros que afetam as obrigações vincendas.

Desse modo, sopesados as possíveis ocorrências, estimou-se um risco de aproximadamente R\$: 70.000,00 (setenta mil reais) para o exercício de 2017, conforme demonstrativo que segue.

  
**FRANCISCO JOSÉ DA SILVA NETO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS Nº. 064/2016 DE 08 DE AGOSTO DE 2016**  
**ANEXO III - RISCOS FISCAIS**  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
**2017**

ARF (LRF, art 4º, § 3º) Portaria STN Nº 407 / 2011 e Resolução TCE-PI 905 / 2009.

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Assistências a Epidemias	R\$ 25.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência	R\$ 25.000,00
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>R\$ 25.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 25.000,00</b>
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Discrepância de projeções	R\$ 15.000,00	TOTAL DE ABERTURA DE CRÉDITOS	R\$ 15.000,00
Taxas de Juros	R\$ 5.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotações de despesas discricionárias	R\$ 5.000,00
Salário Mínimo	R\$ 15.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência	R\$ 15.000,00
Frustração de receita	R\$ 30.000,00	Limitação de empenho	R\$ 30.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 45.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 45.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 70.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 70.000,00</b>

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS, SETOR CONTABIL, RELATÓRIOS DA RREO e RGF

**FRANCISCO JOSÉ DA SILVA NETO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**